

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.461 - BA (2018/0312101-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : GILDASIO SAMPAIO DOS SANTOS JUNIOR
ADVOGADOS : ADHEMAR SANTOS XAVIER - BA015550
MILLA HUPSEL CELESTINO - BA055572
RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : KARINE DUARTE E SILVA E OUTRO(S) - BA032935

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL. TÉRMINO DA VALIDADE DO CERTAME. ART. 23 DA LEI N. 12.906/2009. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por Gildasio Sampaio dos Santos Junior contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (fls. 346):

AGRAVO INTERNO. DECISÃO AGRAVADA QUE RECONHECEU A DECADÊNCIA DO MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. PRETERIÇÃO NA ORDEM CLASSIFICATÓRIA. IMPETRAÇÃO APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DE 120 DIAS PREVISTO NO ART. 23, DA LEI N. 12.016/09, A CONTAR DO TÉRMINO DA VALIDADE DO CERTAME. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Na hipótese, constata-se que em 20.06.2013 foi homologado o de Resultado Final do certame, iniciando-se o prazo de validade de 01 (um) ano, prorrogado por igual período, com data de expiração em 20.06.2015. Assim, quando da impetração da presente Ação Mandamental em 30.05.2017, já havia transcorrido o prazo decadencial de 120 dias do término da validade do concurso. Precedentes.

2. De ressaltar que é impossível a reabertura em razão da Ação Judicial n. 0569986-78.2014.8.05.0001, uma vez que a reclassificação dos candidatos que ajuizaram a referida demanda decorreu de comando judicial - o que não configura preterição por parte da Administração Pública, inexistindo qualquer ato coator do o Secretário Estadual de Administração ou do Comandante Geral da Polícia Militar.

3. Além disso, é de se destacar que a reabertura de prazo representaria uma eternização dos atos administrativos, em violação à segurança jurídica que garante a estabilização das relações.

3 AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

Em suas razões, o recorrente defende que o prazo decadencial para a propositura do *mandamus* começará a fluir a partir da publicação do ato administrativo determinante de prejuízo ao certamista, caracterizado pela reclassificação de candidatos publicada no DOE em 25/3/2017, em virtude da anulação de 6 (seis) questões de raciocínio lógico por não estarem previstas no edital de abertura do certame (SAEB/01/2012).

Assevera que, consoante o disposto no item 10.11 do edital do certame, os pontos das questões anuladas devem ser atribuídos a todos os candidatos, independentemente de formulação de recurso, por força da teoria da transcendência dos

Superior Tribunal de Justiça

motivos determinantes, do poder de autotutela e da vinculação ao instrumento convocatório.

Sob esse enfoque, aduz que a matéria é de ordem pública e incondicionada ao tempo, razão pela qual tem direito à reclassificação, devido à nulidade das questões de raciocínio lógico, ainda que ocorrida em outra demanda da qual não participou, sob pena de ofensa aos princípios da segurança jurídica, boa-fé objetiva, proteção à confiança, legalidade e isonomia.

Com contrarrazões.

O MPF opinou pelo não provimento do recurso, nos termos do parecer de fls. 515/523.

É o relatório. Decido.

Cinge-se a controvérsia ao termo inicial do prazo decadencial para a propositura do presente mandado de segurança, bem como à configuração de direito líquido e certo à reclassificação devido à extensão dos efeitos da anulação de 6 (seis) questões da prova objetiva do concurso público para o Curso de Formação de Soldados da PMBA (Edital SAEB/1/2012), em observância ao princípio da isonomia.

No que pertine à decadência do mandado de segurança o artigo 23 da Lei n. 12.016/2009 preconiza que:

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Nesse contexto, sobreleva mencionar que a jurisprudência desta Corte é no sentido de que o prazo para impugnar a falta de nomeação de candidato é contado da data do término da validade do certame.

A propósito, vide:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECADÊNCIA PARA IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE QUESTÃO DE CONCURSO. TERMO A QUO. TÉRMINO DA VALIDADE DO CERTAME. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - O prazo decadencial para se impetrar Mandado de Segurança contra omissão da Administração em nomear candidato aprovado em concurso público é a data de expiração da validade do certame. (grifos apostos)

III - Outrossim, esta Corte orienta-se no sentido de que o prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, cuja pretensão seja de reverter a eliminação do certame, conta-se a partir da ciência de tal ato, sendo, portanto, irrelevante posterior provimento judicial favorável a outro candidato.

IV - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do

Superior Tribunal de Justiça

Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido. (AgInt no RMS 57.068/BA, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 15/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO. PRAZO DECADENCIAL. TERMO A QUO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DISPOSITIVO VIOLADO. NÃO INDICAÇÃO. ATOS NORMATIVOS EDITADOS POR CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. INVIABILIDADE.

1. Não tendo a parte recorrente demonstrado em que ponto o aresto recorrido proferiu julgamento que validou ato de governo local contestado em face de lei federal, não deve ser conhecido o especial, nos moldes da Súmula 284 do STF.

2. O termo inicial do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança contra ausência de nomeação de candidato aprovado em concurso público é a data de expiração da validade do certame. (destacamos)

[...]

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.417.814/SC, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 8/10/2018)

No caso dos autos, o concurso foi homologado em 20/6/2013, o prazo de validade do certame encerrou-se em 20/6/2015, e o presente mandado de segurança foi impetrado em 19.5.2017, quase dois anos após o término do prazo decadencial.

Com efeito, considerando o prazo previsto no aludido art. 23 da Lei n. 12.016/2009, eventual questionamento pela via mandamental referente ao mencionado certame somente poderia ter sido proposto até o dia 22/10/2015.

Cabe anotar ainda que esta Corte tem afirmado, reiteradamente, que o provimento de cargo público decorrente de decisão judicial não configura preterição, motivo pelo qual não há se falar em ilegalidade no ato da Administração em realocar na lista classificatória candidatos do certame, em cumprimento à ordem judicial proferida em processo diverso (ação n. 0569986-78.2014.805.0001), porquanto, na hipótese, não há margem de discricionariedade àquela.

Sob esse prisma:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. AUSÊNCIA DE PRETERIÇÃO. TEMA DECIDIDO PELO STF EM REPERCUSSÃO GERAL. IMPROCEDÊNCIA MANIFESTA. MULTA.

1. O Superior Tribunal de Justiça, secundando orientação do STF oriunda de julgamento realizado sob a sistemática da repercussão geral, consolidou o entendimento de que o candidato classificado em concurso público fora do número de vagas previstas no edital ou para cadastro de reserva tem mera expectativa de direito à nomeação, sendo certo que o surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da Administração.

2. Consoante o entendimento desta Corte, não há a configuração de

preterição de candidato aprovado em concurso público na hipótese em que a Administração Pública procede à nomeação de outros candidatos em classificação inferior por força de decisão judicial. Precedentes. (destacamos)

[...]

5. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa. (AgInt no RMS 54.135/BA, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 8/8/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA DE PROVAS. CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONVOCAÇÃO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL.

[...]

4. Como se sabe, a jurisprudência do STJ entende que a convocação de candidato em posição superior na lista de classificação não pode configurar preterição do impetrante, como anotado no acórdão recorrido, quando decorreu do cumprimento de ordem judicial em processo diverso. Nesse sentido: RMS 44.672/ES, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/3/2014; STJ, AgRg no Resp 1.456.915/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 2/9/2015. (grifos nossos)

[...]

6. Recurso Ordinário não provido. (RMS 56.667/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 2/8/2018)

Além disso, segundo a jurisprudência desta Corte Superior, as nomeações tardias, decorrentes do cumprimento de decisão judicial não reabrem o prazo para os demais concursados impetrarem mandado de segurança, que é de cento e vinte dias, contados da data em que expira a validade do certame questionado.

A propósito:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRAZO DECADENCIAL DO DIREITO DE IMPETRAÇÃO. TERMO INICIAL: PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME.

1. O Tribunal de origem afirma que decaiu o direito da recorrente de socorrer-se desse remédio constitucional, porquanto o mandamus foi impetrado quase dez anos após expirado o prazo de validade do concurso, qual seja, 24.10.2003. A recorrente, todavia, sustenta que o prazo decadencial deve ser contado não a partir do final do prazo de validade do concurso, mas, a partir de 02 de julho de 2013, data em que tomou conhecimento das nomeações de candidatos aprovados em classificação inferior à que obteve no certame.

2. Não há como prosperar a tese da recorrente, uma vez que as nomeações a que se refere decorreram de decisão judicial, cujo cumprimento não reabre o prazo para terceiros, pois a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que o prazo legal de 120 (cento e vinte) dias de que dispunha para a impetração do mandado de segurança tem como termo inicial a data da expiração do prazo de validade do certame. (grifos apostos)

Agravo regimental improvido. (AgRg no RMS 45.751/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 13/11/2015)

Por fim, é imperioso destacar que esta e. Primeira Turma, em caso idêntico ao dos autos, concernente ao mesmo certame, firmou entendimento, com base nos precedentes alhures mencionados, de que o termo inicial para a propositura do *writ* é o

Superior Tribunal de Justiça

término de validade do certame, conforme ementa abaixo transcrita:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PRAZO DECADENCIAL. TERMO INICIAL. TÉRMINO DA VALIDADE DO CERTAME. ART. 23 DA LEI N. 12.906/2009. RECURSO NÃO PROVIDO, COM A DEVIDA VÊNIA AO EM. RELATOR MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. (RMS 58.698/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/6/2019)

Dessa forma, diante do reconhecimento da decadência, devido ao transcurso do prazo legal para a impetração do presente *mandamus*, impõe-se o indeferimento da inicial, consoante preconizado nos artigos 10, *caput*, e 23, ambos da Lei n. 12.016/2009, ressalvada a utilização das vias ordinárias.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator

